

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 09/02
DE 28/03/2002**

ACTA N.º 09/2002

Data da reunião extraordinária: 28/03/2002

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 9,30 horas

Términus da reunião: 11,35 horas

Resumo diário da Tesouraria: 22/02/2002 981.186,72 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

Vereadores: Eng.º José Joaquim Lima Monteiro Andrade

Manuel António dos Santos Afonso

Dr.ª Maria Luísa Raimundo Mesquita

Dr.ª Hélia Santos Duarte Félix

Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Eng.º Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Dr. Henrique Manuel Soares Cruz

José Marcelino

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Dr. Carlos Alberto Roldão Violante Fernandes

Cargo: Director do Departamento Administrativo e Financeiro

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----ABERTURA DA ACTA-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **nove horas e trinta minutos**.

--- Em virtude de a presente reunião ser extraordinária, sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, por unanimidade, dispensar o “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, passando de imediato a apreciar os temas constantes da ordem de trabalhos. -----

-----OUTRAS DELIBERAÇÕES-----

--- **CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM DO ANO DOIS MIL E UM** – Foram novamente presentes, para apreciação e votação, os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta (Documento I), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Após apresentação dos documentos pelo senhor Presidente, seguiu-se amplo debate, tendo a senhora **Vereadora Hélia Félix** começado por afirmar que, uma vez que está a decorrer uma auditoria às contas, em sua opinião, não faz sentido aprová-las sem se saber o resultado dessa auditoria. A apreciação da conta seria mais objectiva se dispusesse do resultado da auditoria e o seu sentido de voto poderia ser diferente. -----

--- O **senhor Presidente** esclareceu que o âmbito da auditoria é mais abrangente, não se prendendo apenas com o ano económico de dois mil e um e com as contas, mas, também, com outras questões específicas da gestão municipal. -----

--- Por outro lado, do ponto vista legal, estes documentos têm prazos próprios para serem apresentados e analisados. -----

--- Admitiu contudo, que a auditoria facilitaria a todos os membros do Executivo, a apreciação das Contas e a tomada de decisão. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** prosseguiu chamando a atenção para a falta de algumas páginas na relação dos encargos assumidos e não pagos. Por outro lado, nessa relação de encargos assumidos e não pagos não constam todos os compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia. -----

--- A este propósito o senhor **Director do Departamento Administrativo e Financeiro**

esclareceu que o que consta nestes documentos é o que o Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um/oitenta e três, de vinte e um de Junho exige, ou seja, a relação da dívida que está assumida, que foi cabimentada e liquidada. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** frisou que há encargos assumidos que sabe não terem sido previamente cabimentadas, no entanto, independentemente de terem sido cabimentados ou não, constituem encargos assumidos e que deviam ser quantificados para se saber qual era efectivamente a dívida em trinta e um de Dezembro. Afirmou não estar em condições de aprovar os documentos se não houver uma relação onde conste quais são os compromissos assumidos. -----

--- O **senhor Presidente** referiu que esta situação está fielmente espelhada no orçamento de dois mil e dois. A Conta agora apresentada reflecte os encargos assumidos até trinta e um de Dezembro e que tinham efectivamente possibilidade de serem assumidos. -----

--- Obviamente, que o orçamento de dois mil e dois vai ter que contemplar os compromissos e deliberações tomadas em dois mil e um. -----

--- Também o **Director do Departamento Administrativo e Financeiro** referiu que existiam compromissos assumidos para os quais não havia cabimentação porque o orçamento de dois mil e um já não o permitia. Esta situação vai ter a respectiva resposta no orçamento de dois mil e dois. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** solicitou uma relação de todos os compromissos assumidos e não cabimentados. -----

--- Aludiu depois à elevada percentagem de ajustes directos sem consulta, recomendando que se altere esta situação e reduza esta percentagem. Em sua opinião, independentemente dos limites legais, deve haver consultas para defesa dos interesses da autarquia. -----

--- O **senhor Presidente** disse pretender alterar a situação embora considere ser um sistema facilitador da actividade e da gestão. Em seu entender o recurso a outras metodologias é extremamente importante devendo recorrer-se, sempre que possível, ao concurso público. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** prosseguiu a sua intervenção aludindo à elevada taxa de absentismo, principalmente, no sector operário. Deviam ser apuradas as causas e agir-se em conformidade. -----

--- O **senhor Presidente** informou estarem a efectuar-se as necessárias diligências tendo em vista a implementação da Comissão de Saúde, Segurança e Higiene no trabalho. -----

--- Foram também encetados contactos com a Escola Superior de Enfermagem e com a Administração Regional de Saúde no sentido de se protocolarem alguns trabalhos no âmbito da medicina no trabalhos e cuidados primários que se prendem, nomeadamente, com o problema do alcoolismo. -----

--- Prosseguindo a sua análise aos documentos a senhora **Vereadora Hélia Félix** lamentou que, apesar de no Relatório se afirmar ter havido uma boa política de contenção dos custos correntes, na realidade tal não ter acontecido. -----

--- Verificou-se um aumento dos custos correntes que não é possível quantificar porque os encargos assumidos e não pagos não constam do documento. -----

--- A receita global desceu. As receitas correntes aumentaram apenas zero vírgula dois por cento, o que significa que sendo a receita real e a despesa não real, se estão a gastar mais recursos em custos correntes em detrimento do investimento. -----

--- Lamentou que se tenham previsto novecentos e oitenta mil contos de investimento e apenas se tenha realizado e pago trezentos e oitenta mil contos o que corresponde a uma taxa de realização de trinta e oito vírgula nove por cento. Parece que se prometeu aquilo que, à partida, não se podia executar – concluiu. -----

--- Interveio a seguir o senhor **Vereador José Marcelino** que declarou que a decisão de voto da CDU - Coligação Democrática Unitária não é influenciada pelo facto de não dispor dos resultados da auditoria. -----

--- A propósito das apreciações efectuadas pelo PSD - Partido Social Democrata referiu que a gestão do PS - Partido Socialista na Câmara, nos últimos anos, havia sido partilhada pelo PSD - Partido Social Democrata. -----

--- Lembrou que a CDU - Coligação Democrática Unitária sempre levantou problemas,

que são preocupações de há alguns anos e que espelham aquilo que tem sido a gestão nesta Câmara.-----

--- Disse não estar surpreendido com os números apresentados porque, aquando da apreciação do orçamento de dois mil e um, a CDU - Coligação Democrática Unitária fez uma antevisão do que seria a apreciação das contas.-----

--- Afirmou que, nos últimos dez anos, este relatório é o mais bem elaborado e disse esperar que no próximo ano seja ainda melhor.-----

--- Referiu que as preocupações da CDU - Coligação Democrática Unitária têm a ver com a baixíssima execução do orçamento e o gravíssimo endividamento.-----

--- Em seu entender o Orçamento e Plano de Actividades ou foram mal elaborados ou não têm sido cumpridos. As promessas e expectativas criadas são facilmente anuláveis. Tudo o que era o orçamento, tudo o que era planeamento não se cumpriu. Disse não quererem ser cúmplices deste tipo de gestão e não a aceitaram.-----

--- Manifestou-se preocupado com o custo do endividamento bancário dado ser muito provável que as taxas de juro venham a sofrer oscilações para cima, pelo que nos próximos anos a situação será mais gravosa.-----

--- Não é possível gerir um Concelho e criar bem estar às populações se se mantiver o nível de crescimento das despesas correntes que se têm vindo a verificar – afirmou.-----

--- Disse estar a aguardar o plano de reestruturação.-----

--- Manifestou-se também preocupado com o absentismo, entendendo que, efectivamente, algumas situações deveriam ser analisadas.-----

--- A finalizar referiu que a CDU - Coligação Democrática Unitária estranha o baixíssimo grau de cumprimento do orçamento e espera que isso acabe assim como o número extenso de dívidas a fornecedores.-----

--- Interveio a seguir o senhor **Vereador Joaquim Neto** que lamentou que a execução orçamental não tenha sido maior. Em seu entender, um dos factores que contribuiu para tal, foi o não aproveitamento dos fundos comunitários.-----

--- Manifestou alguma satisfação pelo facto da execução de obra ser superior à execução

orçamental.-----

--- Considerou que a capacidade e motivação das Juntas de Freguesia contribuiu bastante para se ter a execução orçamental apresentada.-----

--- A senhora **Vereadora Idália Moniz** considerou que devia haver o mais completo rigor na gestão dos dinheiros públicos.-----

--- Referiu que o orçamento do PS - Partido Socialista não foi apenas partilhado com o PSD - Partido Social Democrata mas, também, com a CDU - Coligação Democrática Unitária, uma vez que muitas deliberações que levaram à sua elaboração foram participadas quer pelo PSD - Partido Social Democrata quer pela CDU - Coligação Democrática Unitária.-----

--- O senhor **Vereador Manuel Afonso** considerou que os documento apresentados são técnicos e devem servir para reflectir e tentar, naquilo em que não se correspondeu às expectativas, alterar os aspectos negativos.-----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** considerou que os documentos em análise não são exclusivamente técnicos. São documentos importantíssimos de gestão política do Município. E, em seu entender, está-se a falar de uma cidade que, em termos de desenvolvimento sustentado e equilibrado, tem ficado esquecida, adiada, ignorando a modernidade e o desenvolvimento.-----

--- Referiu que este Município tem sido gerido há quase trinta anos pelo PS - Partido Socialista, com o apoio sustentadíssimo do PSD - Partido Social Democrata, fundamentalmente em áreas gravosas para a destruição da modernidade e desenvolvimento do Concelho como, por exemplo, a área urbanística.-----

--- Disse esperar que dois mil e dois seja o término de documentos de gestão política tão importantes feitos numa auto-eficiência total do PS - Partido Socialista e que, de facto, este Executivo, na sua totalidade, participe com rigor e total abertura e disponibilidade na construção, decisão, planificação, definição de prioridades e estratégias de gestão municipal para o ano de dois mil e dois.-----

--- Disse estar perante um Relatório e Contas que demonstra a execução baixíssima do

Orçamento do ano dois mil e um. Tratou-se de uma gestão que se pautou por rectificações permanentes que resultam da ausência de uma estratégia e de uma planificação. As principais obras do PS - Partido Socialista permanecem adiadas e às vezes até eliminadas de orçamento para orçamento. -----

--- Considerou ainda, ter havido falta de empenhamento dos executivos camarários socialistas para conseguirem chegar aos fundos comunitários que estiveram disponíveis.

--- O senhor **Vereador José Andrade** afirmou que a questão essencial que está na base de apreciação dos documentos pelo PSD - Partido Social Democrata é a questão política evidente, que tem a ver com uma gestão leviana que foi assumida pelo Executivo anterior. -----

--- Em seu entender, essa leviandade começa pelo sonho que se reflecte na elaboração do orçamento. -----

--- Lembrou que o PSD - Partido Social Democrata votou contra o Orçamento que as Contas hoje apresentadas reflectem. -----

--- Frisou que responsabilidades nas decisões todos os Partidos as têm e nenhum partido levantou uma questão essencial que é a de uma gestão política incorrecta para o Concelho de Santarém e que se reflecte nos documentos em análise. -----

--- A poupança corrente continua a ser o elemento estabilizador que financia o défice de capital e contribuiu para o equilíbrio orçamental. -----

--- Considerou estar bem expresso no relatório o grande erro de gestão da Câmara Municipal de Santarém: toda a despesa corrente, toda a poupança necessária para o equilíbrio de contas é feita à custa de não fazer obra. -----

--- O **senhor Presidente** interveio novamente afirmando que a gestão socialista foi, provavelmente, a razão da sua candidatura. -----

--- Disse orgulhar-se de ser do PS - Partido Socialista e, por considerar que havia necessidade de dar outro rumo à gestão socialista existente, disponibilizou-se para estar à frente da Câmara Municipal de Santarém, confiante de que os eleitores lhe dariam essa possibilidade. -----

--- A razão da sua candidatura vê-a reforçada nas intervenções hoje produzidas e, certamente, a razão da candidatura dos Vereadores que o acompanharam foi a de acreditarem que, efectivamente, era possível fazer uma gestão socialista diferente e diferente para melhor. -----

--- Disse não repudiar a herança do PS - Partido Socialista mas, obviamente que repudiará tudo o que considerar menos correcto e menos lógico relativamente àquilo que é o desenvolvimento do Concelho de Santarém. -----

--- Referiu que a posição de voto dos eleitos do PS - Partido Socialista que irá ser expressa, significa que acreditam que o documento está tecnicamente bem elaborado e dentro da legislação em vigor e não a total concordância com as opções de gestão tomadas. -----

--- Após mais alguma troca de impressões, o senhor Presidente submeteu a votação o Relatório e Contas da Câmara Municipal de Santarém, do ano dois mil e um, tendo o mesmo sido reprovado, por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata e da CDU - Coligação Democrática Unitária e favoráveis do senhor Presidente e dos senhores Vereadores do PS - Partido Socialista. -

--- Mais foi deliberado remeter os documentos à Assembleia Municipal de Santarém, para efeitos de apreciação e votação.-----

--- A **CDU - Coligação Democrática Unitária** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

--- “A CDU - Coligação Democrática Unitária votou contra as Contas e Relatório de Actividades referentes ao ano dois mil e um em consonância com as posições tomadas na Câmara e Assembleia Municipal, quando da apresentação do Orçamento e Plano de Actividades. Como então afirmámos que a gestão do PS - Partido Socialista caracteriza-se por ausência de um modelo de gestão, apresentação de promessas e criação de altas expectativas, com obras de bandeira sucessivamente adiadas ou pura e simplesmente eliminadas. Mais um ano assim aconteceu, baixíssima execução orçamental, Receitas de Capital – trinta e um por cento, Despesas de Capital – trinta e nove por cento, com a

Receita total a atingir apenas os quarenta e nove por cento e a Despesa Total os cinquenta por cento, forte agravamento no endividamento a fornecedores e outras entidades, um milhão e oitocentos e dez mil contos, ao que devemos adicionar o endividamento bancário de três milhões quinhentos e cinquenta e nove mil contos o que totaliza cinco milhões trezentos e sessenta e nove mil contos. -----

--- Factos são factos, a responsabilidade política existe e tem de ser assumida pelo PS - Partido Socialista.”-----

--- **CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM DO ANO DOIS MIL E UM** – Para efeitos

de apreciação e votação, foram presentes os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta (Documento II), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- O **senhor Presidente** procedeu à apresentação do Relatório e Contas destacando aspectos que considerou mais relevantes. Lamentou que a capacidade revelada nos Serviços Municipalizados de Santarém, nomeadamente na realização dos projectos no ano anterior, não tenha reflectido a utilização dos fundos comunitários. Se tivesse sido aproveitada alguma capacidade de realização dos Serviços, provavelmente o município de Santarém teria uma taxa de utilização mais próxima e mais consentânea com as necessidades dos munícipes.-----

--- O senhor Presidente submeteu, a seguir, a votação o Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Santarém, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata.-----

--- Mais foi deliberado remeter os documentos à Assembleia Municipal de Santarém, para efeitos de apreciação e votação.-----

--- **PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA O ANO DOIS MIL E DOIS** – Foi

presente, para uma primeira abordagem, o documento em epígrafe, tendo o senhor Presidente procedido à respectiva apresentação. -----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix** chamou a atenção para o aumento de treze por

cento das despesas correntes que, em seu entender, é exagerado. -----

--- Assim, apelou aos senhores Administradores daqueles Serviços, para que façam um efectivo controle das despesas correntes, no sentido de que o aumento previsto no orçamento não se concretize em termos de realização. -----

--- O **senhor Presidente** referiu que a preocupação da senhora Vereadora Hélia Félix é partilhada pelos três administradores, tendo sido já solicitados aos Serviços estudos alternativos, visando minimizar esta questão.-----

--- A Câmara tomou conhecimento do documento, que deverá ser novamente presente à próxima reunião, assim como o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal, para efeitos de votação. -----

--- **AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM ASSACAIAS – FERNANDO PENTEADO DUARTE PATRÍCIO E OUTROS** – Pelo senhor Director do **Departamento Administrativo e Financeiro** foi presente a minuta de contrato-promessa de compra e venda de um prédio sito em Assacaias, freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, pertencente a Fernando Penteado Duarte Patrício e outros, pelo montante de vinte e nove mil novecentos e vinte e sete euros e oitenta e sete cêntimos.-----

--- A Câmara tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, aprovar a referida minuta de contrato-promessa, ficando a mesma anexa à presente acta (Documento III), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA DE FRACÇÃO EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE** – Na sequência do deliberado na reunião do Executivo Municipal, de vinte e cinco do corrente mês, foi presente, de novo o processo de **Firmino da Silva Cecílio**, residente na Praceta Augusto Brás Ruivo, número seis, rés-do-chão direito, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, solicitando autorização para proceder à venda, em regime de direito de superfície, da fracção “C”, correspondente ao rés-do-chão direito do prédio sito na Praceta Augusto Brás Ruivo, número seis, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade.-----

--- Solicitam ainda certidão em como a Câmara autoriza hipoteca da mesma fracção a favor da Caixa Económica Montepio Geral, reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão e renunciando ainda ao direito de preferência na transmissão efectuada, bem como noutras que venham a ocorrer. -----

--- Conforme solicitado pela Câmara, o requerente informa, ainda, que o valor do imóvel é de sessenta e oito mil quinhentos e oitenta e quatro euros. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a venda e certificar que não pretende exercer o direito de preferência sobre a alienação da fracção “C”, correspondente ao rés-do-chão direito do prédio sito na Praceta Augusto Brás Ruivo, número seis, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade. -----

--- Mais foi deliberado certificar que se autoriza a constituição da hipoteca a favor da Caixa Económica Montepio Geral, reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão. -----

--- O senhor Vereador José Marcelino não participou na apreciação e votação deste assunto em virtude de ser gerente da Caixa Económica Montepio Geral. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Joaquim Neto. -----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia oito de Abril, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, perguntou ao público se pretendia usar da palavra, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada

a reunião eram vinte e uma horas, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Carlos Alberto Roldão Violante Fernandes a
redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----

--- _____

-----**OS VEREADORES**-----

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____